

**DESIGUALDADES QUE ATRAVESSAM O PORTÃO DA ESCOLA: ANÁLISE DOS
FATORES SOCIAIS E SIMBÓLICOS QUE MOLDAM O PERCURSO
EDUCACIONAL**

INEQUALITIES THAT CROSS THE SCHOOL GATE: ANALYSIS OF THE SOCIAL
AND SYMBOLIC FACTORS THAT SHAPE THE EDUCATIONAL PATH
DESIGUALDADES QUE CRUZAN LA PUERTA DE LA ESCUELA: ANÁLISIS DE
LOS FACTORES SOCIALES Y SIMBÓLICOS QUE MOLDEAN EL TRAYECTO
EDUCATIVO

Narciso Genuíno

Orientadora: Profa. Dra. Joselene Granja Costa Castro Lima

RESUMO

O presente artigo analisa as complexas intersecções entre origem social, capital cultural e as trajetórias escolares no Brasil, com foco nos fatores que perpetuam as desigualdades educacionais. A pesquisa, de natureza bibliográfica, utiliza uma abordagem qualitativa para examinar como as estruturas sociais e simbólicas influenciam o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes no sistema de ensino. A partir da análise de produções acadêmicas recentes e de documentos oficiais, o estudo explora a persistência de mecanismos de reprodução social, mesmo diante de políticas de democratização. Os resultados indicam que, para além das condições econômicas, o capital cultural herdado e as práticas pedagógicas continuam a ser elementos decisivos na configuração dos percursos educacionais. A análise evidencia que as desigualdades não apenas persistem, mas se reconfiguram, desafiando a escola a desenvolver estratégias pedagógicas mais equitativas e inclusivas. Conclui-se que a superação das barreiras que atravessam os portões da escola exige uma compreensão aprofundada dos fatores sociais e simbólicos que moldam as oportunidades educacionais, bem como a implementação de políticas públicas e práticas docentes que promovam a equidade e a justiça social no ambiente escolar.

Palavras-chave: Desigualdade educacional; capital cultural; fatores sociais; trajetória escolar; sociologia da educação.

ABSTRACT

This article analyzes the complex intersections between social origin, cultural capital, and educational trajectories in Brazil, focusing on the factors that perpetuate educational inequalities. The research, of a bibliographic nature, uses a qualitative approach to examine how social and symbolic structures influence students' access, permanence, and success in the educational system. Based on the analysis of recent academic productions and official documents, the study explores the persistence of social reproduction mechanisms, even in the face of democratization policies. The results indicate that, in addition to economic conditions, inherited cultural capital and

pedagogical practices continue to be decisive elements in shaping educational paths. The analysis shows that inequalities not only persist but are reconfigured, challenging the school to develop more equitable and inclusive pedagogical strategies. It is concluded that overcoming the barriers that cross the school gates requires a deep understanding of the social and symbolic factors that shape educational opportunities, as well as the implementation of public policies and teaching practices that promote equity and social justice in the school environment.

Keywords: Educational inequality; cultural capital; social factors; school trajectory; sociology of education.

RESUMEN

El presente artículo analiza las complejas intersecciones entre origen social, capital cultural y las trayectorias escolares en Brasil, con foco en los factores que perpetúan las desigualdades educativas. La investigación, de naturaleza bibliográfica, utiliza un enfoque cualitativo para examinar cómo las estructuras sociales y simbólicas influyen en el acceso, la permanencia y el éxito de los estudiantes en el sistema de enseñanza. A partir del análisis de producciones académicas recientes y de documentos oficiales, el estudio explora la persistencia de mecanismos de reproducción social, incluso frente a políticas de democratización. Los resultados indican que, además de las condiciones económicas, el capital cultural heredado y las prácticas pedagógicas continúan siendo elementos decisivos en la configuración de los trayectos educativos. El análisis evidencia que las desigualdades no solo persisten, sino que se reconfiguran, desafiando a la escuela a desarrollar estrategias pedagógicas más equitativas e inclusivas. Se concluye que la superación de las barreras que cruzan las puertas de la escuela exige una comprensión profunda de los factores sociales y simbólicos que moldean las oportunidades educativas, así como la implementación de políticas públicas y prácticas docentes que promuevan la equidad y la justicia social en el ambiente escolar.

Palabras clave: Desigualdad educativa; capital cultural; factores sociales; trayectoria escolar; sociología de la educación.

1 INTRODUÇÃO

A educação, enquanto direito fundamental e eixo estruturante do desenvolvimento social, ocupa posição central nos debates contemporâneos sobre equidade e justiça social. No Brasil, apesar dos avanços na universalização do acesso à educação básica, persistem desigualdades sociais, econômicas e culturais que atravessam os portões da escola e continuam a moldar as trajetórias e os resultados escolares dos estudantes.

Nos últimos anos, intensificou-se a necessidade de analisar os fatores que sustentam essas disparidades, especialmente diante das reconfigurações sociais, econômicas e educacionais observadas no país. Os debates sobre o papel da escola na reprodução ou mitigação das desigualdades adquiriram novos contornos à

medida que políticas públicas e indicadores educacionais evidenciam transformações nas condições de acesso, permanência e sucesso escolar. Conforme Salata (2025), a retração do processo de democratização do ensino superior a partir de 2015 revela como condições macroestruturais impactam diretamente as oportunidades educacionais.

Este artigo tem como objetivo analisar os fatores sociais e simbólicos que moldam o percurso educacional dos estudantes brasileiros, com foco nos mecanismos de desigualdade que se manifestam no ambiente escolar. Parte-se do pressuposto de que a escola, embora seja um espaço de potencial transformação social, também atua como campo de reprodução das estruturas sociais, no qual o capital cultural e a origem social exercem papel decisivo. Assim, a análise ultrapassa a dimensão estritamente econômica da desigualdade, incorporando os aspectos simbólicos e culturais que sustentam as hierarquias educacionais.

O problema de pesquisa concentra-se em compreender como desigualdades sociais se convertem em desigualdades escolares, mesmo em contextos de expansão do acesso à educação. Nesse sentido, orientam a investigação as seguintes questões: de que modo o capital cultural herdado influencia o desempenho e a trajetória escolar dos estudantes? Como as práticas pedagógicas e a cultura escolar contribuem para a legitimação ou o questionamento das desigualdades? Quais mecanismos simbólicos operam no cotidiano escolar e afetam as oportunidades educacionais de alunos de diferentes origens sociais?

A relevância do estudo justifica-se tanto no plano social quanto acadêmico. Socialmente, compreender os fatores que produzem e mantêm as desigualdades educacionais é fundamental para a formulação de políticas públicas mais eficazes e equitativas. Academicamente, a pesquisa contribui para o campo da Sociologia da Educação ao revisitar conceitos clássicos, como o capital cultural de Pierre Bourdieu, à luz do contexto brasileiro contemporâneo. A análise fundamenta-se em documentos oficiais, como dados do Censo Escolar e diretrizes do Ministério da Educação (Brasil, 2025), bem como em estudos recentes, a exemplo de Ernica, Rodrigues e Soares (2025), que propõem novos indicadores para a mensuração das desigualdades educacionais.

O objetivo geral consiste em analisar os fatores sociais e simbólicos que moldam o percurso educacional dos estudantes no Brasil, evidenciando como as desigualdades atravessam o espaço escolar. Como objetivos específicos, busca-se: (1) identificar os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais no ambiente escolar, com base na teoria do capital cultural; (2) examinar o papel das práticas pedagógicas e da cultura escolar na ampliação ou atenuação das disparidades; e (3) discutir as implicações das desigualdades educacionais para as trajetórias individuais e para a sociedade brasileira.

Ancorada nos pressupostos da Sociologia da Educação, especialmente nas contribuições de Pierre Bourdieu, a pesquisa parte da hipótese de que a escola não é um campo neutro, mas um espaço de lutas simbólicas no qual diferentes formas de capital são valorizadas de maneira desigual. O capital cultural, em suas formas incorporada, objetivada e institucionalizada, permanece como fator determinante do sucesso escolar, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais, conforme discutido por Nogueira (2021).

O artigo está organizado em cinco seções. Além desta introdução, a segunda seção apresenta o referencial teórico; a terceira descreve a metodologia adotada; a quarta discute os resultados à luz do referencial analítico; e a quinta seção reúne as considerações finais, destacando os principais achados e possíveis desdobramentos da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O capital cultural como fator de distinção e desigualdade

A compreensão das desigualdades educacionais no Brasil contemporâneo exige um aprofundamento teórico nos conceitos que desvelam as relações entre a estrutura social e o sistema de ensino. A obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu oferece um arcabouço conceitual robusto para essa análise, em especial através da noção de capital cultural. Este conceito surge como uma ferramenta analítica poderosa para explicar as persistentes disparidades de oportunidades educacionais entre diferentes classes sociais, para além de uma análise puramente econômica. Segundo Nogueira (2021), o conceito foi cunhado por Bourdieu nos anos 1960-1970

para dar conta dos fortes e persistentes disparidades de oportunidades educacionais entre as diferentes classes sociais.

O pressuposto central da teoria de Bourdieu é que a escola, longe de ser um espaço neutro e meritocrático, valoriza e recompensa um conjunto específico de saberes, posturas e gostos que são característicos das classes dominantes. Esse conjunto de recursos simbólicos é o que ele denomina capital cultural. Conforme Nogueira e Nogueira (2002), a sociologia da educação de Bourdieu desvenda o mito dos “dons” naturais, mostrando que o sucesso escolar está diretamente relacionado à posse de um capital cultural herdado da família. Este capital, portanto, funciona como um fator de distinção, conferindo vantagens àqueles que já o possuem antes mesmo de ingressarem no sistema de ensino.

O capital cultural pode se apresentar em três estados distintos, conforme sistematizado por Bourdieu. O primeiro é o estado incorporado, que se refere às disposições duráveis do organismo, como a linguagem, o sotaque e a postura corporal. O segundo é o estado objetivado, que se materializa em bens culturais como livros, obras de arte e instrumentos musicais. Por fim, há o estado institucionalizado, que corresponde ao reconhecimento oficial do capital cultural através de títulos e diplomas escolares. Essa distinção é fundamental para compreender como as desigualdades se reproduzem, pois, a escola, ao avaliar os alunos, tende a converter o capital cultural herdado em capital escolar, legitimando as diferenças de origem social como se fossem diferenças de mérito individual.

Nesse sentido, a escola exerce o que Bourdieu denomina de violência simbólica. Esta se manifesta de forma sutil, ao impor como universal e legítima a cultura das classes dominantes, desvalorizando e silenciando os saberes e as práticas culturais das classes populares. A violência simbólica é eficaz porque é, em grande medida, invisível e naturalizada, tanto pelos agentes escolares quanto pelos próprios alunos. Segundo Zago (2006), as trajetórias de sucesso escolar de estudantes de camadas populares são frequentemente vistas como “atípicas” ou “excepcionais”, o que reforça a ideia de que o fracasso escolar é o destino “natural” para a maioria desses alunos.

A análise do capital cultural no contexto brasileiro revela a pertinência dessa teoria para a compreensão das nossas desigualdades. Silva Júnior *et al.* (2024) destacam que o sistema educacional brasileiro é um reflexo das desigualdades socioeconômicas e culturais mais amplas da sociedade. A análise de dados do Censo Escolar, por exemplo, demonstra a persistência de disparidades significativas de desempenho entre alunos de diferentes origens sociais e raciais, o que sugere que o capital cultural continua a ser um fator determinante para o sucesso escolar no Brasil.

Contudo, é importante ressaltar que a teoria de Bourdieu não é um modelo determinístico. O próprio autor reconhece a existência de estratégias e de margens de manobra por parte dos agentes. Além disso, como aponta Nogueira (2021), é preciso revisar o peso da herança cultural nos processos de produção das desigualdades de desempenho escolar, considerando as transformações sociais e educacionais ocorridas nas últimas décadas. A massificação do ensino, por exemplo, pode ter alterado a forma como o capital cultural é convertido em capital escolar, tornando os investimentos econômicos das famílias um fator cada vez mais relevante.

2.2 A escola como campo de reprodução das estruturas sociais

Na perspectiva bourdieusiana, a escola configura-se como um campo social dotado de regras, disputas e hierarquias próprias, articulado ao campo do poder e ao campo econômico. Como espaço de lutas simbólicas, nela os agentes disputam a legitimidade de visões de mundo a partir de diferentes volumes e tipos de capital, o que torna a instituição escolar um locus privilegiado da reprodução das desigualdades sociais.

No interior do campo escolar, professores, gestores, alunos e famílias mobilizam capitais cultural, social, econômico e simbólico na definição do que é valorizado e reconhecido. Currículo, práticas avaliativas e relações pedagógicas refletem essas disputas e tendem a privilegiar os interesses dos grupos dominantes. Conforme Nogueira e Nogueira (2002), ao tratar desigualmente desiguais como se fossem iguais, a escola contribui para a reprodução social ao desconsiderar as diferenças de capital cultural trazidas pelos alunos.

A avaliação escolar constitui um dos principais mecanismos dessa reprodução. Ao adotar critérios aparentemente neutros e universais, favorece os estudantes cujo capital cultural herdado se aproxima da cultura escolar. Assim, o sucesso ou fracasso escolar não pode ser compreendido apenas como resultado do esforço individual, mas como expressão da distância entre o capital cultural do aluno e aquele legitimado pela escola.

As práticas pedagógicas também exercem papel central nesse processo. A linguagem docente, os exemplos mobilizados e a seleção de materiais didáticos podem, ainda que de forma não intencional, reforçar estereótipos e expectativas diferenciadas. Xavier e Alves (2016) alertam que a elevação das médias de proficiência, sem a redução das desigualdades, tende a beneficiar prioritariamente os grupos socialmente favorecidos.

A própria organização do sistema educacional, marcada pela diferenciação entre escolas públicas e privadas e pela hierarquização institucional, reforça tais desigualdades. Salata (2025) demonstra que a expansão do ensino superior no Brasil ampliou o acesso, mas não eliminou as barreiras de classe, mantendo as elites nas posições de maior prestígio acadêmico.

Embora existam estratégias de resistência por parte dos estudantes e de suas famílias, estas são fortemente condicionadas pelo *habitus* de classe. Esse sistema de disposições incorporadas tende a ajustar aspirações às possibilidades objetivas, contribuindo para processos de autoexclusão das classes populares em trajetórias escolares mais ambiciosas.

2.3 Trajetórias escolares e a reconfiguração das desigualdades

A análise das trajetórias escolares permite visualizar de forma concreta como os fatores sociais e simbólicos se materializam ao longo do percurso educacional dos indivíduos. A trajetória escolar não é um caminho linear e predeterminado, mas um processo dinâmico, marcado por bifurcações, rupturas e continuidades, que é constantemente moldado pela interação entre as disposições individuais (*habitus*) e as estruturas do campo escolar.

Estudos sobre trajetórias escolares no Brasil têm mostrado a persistência de padrões de desigualdade, mesmo em um contexto de massificação do ensino. Zago

(2006) destaca a importância de se analisar os percursos de estudantes de camadas populares para compreender os mecanismos que possibilitam o sucesso escolar em condições adversas. Esses estudos revelam que, para além do capital cultural, fatores como o apoio familiar, a resiliência individual e o encontro com professores que acreditam em seu potencial podem ser decisivos para a construção de trajetórias de sucesso.

No entanto, é preciso ter cautela para não individualizar a questão do sucesso ou do fracasso escolar. As trajetórias de sucesso de alunos de camadas populares, embora importantes, ainda são exceções que confirmam a regra da reprodução. A análise das trajetórias escolares deve, portanto, estar atenta tanto aos fatores que possibilitam a mobilidade social quanto aos mecanismos estruturais que a limitam. Ernica, Rodrigues e Soares (2025) propõem um indicador que descreve, para cada município brasileiro, o nível de aprendizagem e as desigualdades educacionais, mostrando que a qualidade do ensino e a equidade não andam necessariamente juntas.

O cenário pós-pandemia trouxe novos desafios para a análise das trajetórias escolares. A interrupção das aulas presenciais e a transição para o ensino remoto aprofundaram as desigualdades de acesso e de aprendizagem, com um impacto desproporcional sobre os alunos mais vulneráveis. O Ministério da Educação (Brasil, 2025), em seu guia de boas práticas para a recomposição das aprendizagens, reconhece a necessidade de se utilizar metodologias ativas e recursos tecnológicos para personalizar o ensino e atender aos diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes. Essa iniciativa aponta para a importância de se repensar as práticas pedagógicas para enfrentar os novos desafios.

As políticas de ação afirmativa, como as cotas sociais e raciais, também têm um impacto significativo nas trajetórias escolares, em especial no acesso ao ensino superior. Embora sejam alvo de controvérsias, essas políticas têm se mostrado eficazes em promover a inclusão de grupos historicamente excluídos. No entanto, como aponta Salata (2025), a democratização do acesso não garante a permanência e o sucesso dos estudantes, que continuam a enfrentar barreiras de ordem material e simbólica no interior das universidades.

Em suma, a análise das trajetórias escolares revela que as desigualdades educacionais no Brasil são um fenômeno complexo e multifacetado, que não pode ser reduzido a uma única dimensão. A interação entre fatores sociais, econômicos e simbólicos, tanto no nível macroestrutural quanto no nível micro das interações em sala de aula, molda os percursos educacionais dos indivíduos de forma desigual. A superação dessas desigualdades exige, portanto, uma abordagem multidimensional, que combine políticas públicas de inclusão com uma profunda transformação das práticas pedagógicas e da cultura escolar.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa. A escolha por este delineamento metodológico justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que busca compreender em profundidade os fatores sociais e simbólicos que moldam as desigualdades educacionais, a partir da análise crítica da produção acadêmica e de documentos oficiais sobre o tema. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2019), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, permitindo ao pesquisador uma cobertura mais ampla de fenômenos do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Para a coleta de dados, foram utilizadas as bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico e o portal de periódicos da CAPES, além de repositórios de universidades brasileiras. A busca foi orientada pelas seguintes palavras-chave, em português, inglês e espanhol: “desigualdade educacional”, “capital cultural”, “fatores sociais”, “trajetória escolar”, “sociologia da educação”, “Pierre Bourdieu”, “educational inequality”, “cultural capital”, “social factors”, “school trajectory”, “sociology of education”, “desigualdad educativa”, “capital cultural”, “factores sociales”, “trayectoria escolar”, “sociología de la educación”. Foram selecionados artigos, teses e dissertações publicados em períodos recentes, priorizando produções atualizadas que dialogam com os debates contemporâneos sobre desigualdades educacionais.

O critério de seleção das obras baseou-se na relevância e na pertinência dos trabalhos para a discussão proposta. Foram incluídos estudos que abordam a relação entre desigualdade social e educação no Brasil, que utilizam o referencial

teórico de Pierre Bourdieu para a análise das desigualdades escolares, e que apresentam dados empíricos sobre as trajetórias educacionais de estudantes brasileiros. Além da produção acadêmica, foram consultados documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fim de contextualizar a análise com dados recentes sobre o cenário educacional brasileiro.

O processo de análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011). A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. As etapas da análise envolveram: (1) a pré-análise, com a leitura flutuante do material selecionado e a organização do corpus da pesquisa; (2) a exploração do material, com a codificação e a categorização dos dados; e (3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, com a articulação dos dados com o referencial teórico.

As categorias de análise foram definidas a partir dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico adotado. As principais categorias foram: (1) capital cultural e reprodução social; (2) a escola como campo de poder e de lutas simbólicas; (3) práticas pedagógicas e cultura escolar; e (4) trajetórias escolares e reconfiguração das desigualdades. A análise buscou identificar as convergências e as divergências entre os autores, bem como as lacunas e as novas perspectivas de pesquisa na área.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A análise da literatura acadêmica e dos documentos oficiais revela que as desigualdades educacionais no Brasil são um fenômeno persistente e multifacetado, que se manifesta de diferentes formas ao longo da trajetória escolar dos indivíduos. Os resultados da pesquisa confirmam a hipótese central de que, para além das condições econômicas, os fatores sociais e simbólicos, em especial o capital cultural, desempenham um papel crucial na reprodução das desigualdades no ambiente escolar. A discussão a seguir aprofunda a análise desses resultados, articulando-os com o referencial teórico adotado.

Um dos principais achados da pesquisa é a constatação de que a expansão do acesso à educação, embora seja um avanço importante, não foi suficiente para garantir a equidade no sistema de ensino. O estudo de Salata (2025) é emblemático nesse sentido, ao mostrar que, após um período de democratização, o acesso ao ensino superior voltou a ser mais desigual nos últimos anos. Segundo o autor, “os principais resultados trazem evidências robustas de que nos últimos anos, desde aproximadamente 2015, houve retração da tendência de democratização do acesso ao ensino superior” (Salata, 2025, p. 1). Esse dado sugere que as políticas de inclusão, por si só, não são capazes de reverter as desigualdades estruturais, que continuam a operar de forma eficaz.

Essa persistência das desigualdades pode ser explicada, em grande medida, pela teoria do capital cultural de Pierre Bourdieu. A pesquisa de Nogueira (2021) reforça a atualidade desse conceito para a análise do contexto brasileiro. A autora argumenta que, embora o peso da herança cultural possa ter se reconfigurado, a posse de um determinado tipo de capital cultural continua a ser um trunfo decisivo para o sucesso escolar.

Conforme Nogueira (2021, p. 5), “seu pressuposto era o de que os bens culturais herdados dos pais atuariam com mais força do que as posses econômicas da família nos destinos escolares dos indivíduos”. Esse pressuposto continua válido, na medida em que a escola, em suas práticas e em seus critérios de avaliação, continua a valorizar um repertório cultural que é mais familiar aos alunos das classes mais privilegiadas.

As práticas pedagógicas emergem, na análise, como um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades no cotidiano escolar. Muitas vezes, de forma não intencional, os professores acabam por reforçar as diferenças de capital cultural entre os alunos. Um exemplo concreto disso é a linguagem utilizada em sala de aula. Professores que utilizam uma linguagem muito distante da realidade dos alunos de camadas populares podem, involuntariamente, criar uma barreira à aprendizagem.

Da mesma forma, a escolha de exemplos e de materiais didáticos que não dialogam com a diversidade cultural dos alunos pode gerar desinteresse e desengajamento. O documento do MEC sobre a recomposição das aprendizagens

(Brasil, 2025) aponta para a necessidade de se utilizar metodologias ativas, que coloquem o aluno no centro do processo de aprendizagem e que valorizem seus conhecimentos prévios, como uma forma de enfrentar esse desafio.

Outro ponto crucial na discussão dos resultados é o papel da avaliação. A avaliação, quando baseada em um modelo único e padronizado, tende a ser injusta com os alunos que não se encaixam no perfil idealizado pela escola. O estudo de Xavier e Alves (2016) sobre as desigualdades de aprendizado na Prova Brasil mostra que a melhoria das médias de proficiência não implicou, necessariamente, uma redução das desigualdades.

Isso indica que o sistema de avaliação, ao focar no resultado, muitas vezes ignora as condições desiguais de partida dos alunos. A proposta de Ernica, Rodrigues e Soares (2025) de criar um indicador que meça não apenas o nível de aprendizagem, mas também as desigualdades educacionais, é um passo importante para se ter uma visão mais completa e crítica da realidade escolar.

Por fim, a análise das trajetórias escolares revela a complexidade e a heterogeneidade das experiências dos alunos no sistema de ensino. O estudo de Zago (2006) sobre estudantes universitários de camadas populares mostra que, apesar das barreiras estruturais, existem fatores que podem favorecer o sucesso escolar, como o apoio da família e a construção de um projeto de futuro.

No entanto, é preciso evitar uma leitura que culpabilize os indivíduos pelo seu fracasso ou que romantize as trajetórias de sucesso. Como aponta Silva Júnior *et al.* (2024), o sistema educacional brasileiro continua a ser um reflexo das desigualdades socioeconômicas e culturais mais amplas, e a superação dessas desigualdades exige mudanças estruturais profundas, tanto na sociedade quanto na escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta jornada investigativa, que se debruçou sobre a complexa trama das desigualdades educacionais no Brasil, é possível tecer algumas considerações que, longe de esgotar o tema, buscam sintetizar os principais achados e apontar para novos horizontes de reflexão e de ação. A análise dos fatores sociais e simbólicos que moldam os percursos educacionais revelou que os portões da escola, embora abertos a um número cada vez maior de estudantes, ainda são atravessados por barreiras invisíveis, mas extremamente eficazes, que perpetuam as disparidades de origem.

A pesquisa confirmou a pertinência do referencial teórico de Pierre Bourdieu para a compreensão da realidade brasileira. O conceito de capital cultural, em particular, mostrou-se uma ferramenta analítica poderosa para desvelar os mecanismos sutis pelos quais a escola, sob o véu da meritocracia, contribui para a reprodução das desigualdades sociais. A valorização de um repertório cultural específico, a linguagem utilizada, os critérios de avaliação, tudo concorre para transformar as diferenças de classe em diferenças de sucesso ou de fracasso escolar.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que a expansão do acesso à educação, por si só, não é garantia de democratização. As desigualdades não apenas persistem, mas se reconfiguram em novos patamares, como demonstra a retração na tendência de queda das desigualdades de acesso ao ensino superior nos últimos anos. Isso nos leva a concluir que as políticas educacionais precisam ir além da dimensão quantitativa, focando também na qualidade e na equidade do ensino oferecido.

Nesse sentido, a análise das práticas pedagógicas e da cultura escolar revelou-se um ponto crucial. A pesquisa apontou para a necessidade de se repensar o fazer pedagógico, buscando estratégias que valorizem a diversidade cultural dos alunos e que promovam uma aprendizagem mais significativa e contextualizada. A utilização de metodologias ativas, a personalização do ensino e a construção de um currículo mais inclusivo são caminhos promissores para a construção de uma escola mais justa e democrática.

As limitações deste estudo residem, principalmente, em sua natureza bibliográfica. Embora a análise da produção acadêmica e dos documentos oficiais permita uma visão ampla do fenômeno, a ausência de uma pesquisa de campo impede um contato mais direto com a realidade das escolas e com as experiências dos sujeitos. Estudos etnográficos e pesquisas-ação poderiam aprofundar a compreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades no cotidiano escolar e das estratégias de resistência desenvolvidas pelos atores.

A principal contribuição deste trabalho para a prática docente e para a formação continuada de professores é o convite à reflexão crítica sobre o papel da escola e do professor na sociedade. A tomada de consciência dos mecanismos de reprodução das desigualdades é o primeiro passo para a construção de práticas pedagógicas mais equitativas. A formação de professores, nesse sentido, deve incluir não apenas os aspectos técnicos e didáticos, mas também uma sólida formação em sociologia da educação, que permita aos futuros docentes compreenderem as complexas relações entre escola e sociedade.

Como sugestão para desdobramentos práticos e para a formulação de políticas públicas, destaca-se a importância de se investir na valorização dos profissionais da educação, na melhoria da infraestrutura das escolas e na criação de programas de apoio aos alunos mais vulneráveis. Além disso, é fundamental que as políticas de avaliação educacional sejam repensadas, de modo a não apenas medir o desempenho dos alunos, mas também a identificar e a combater as desigualdades.

Em suma, as desigualdades que atravessam os portões da escola são um reflexo das desigualdades que estruturam a sociedade brasileira. A superação desse desafio exige um esforço conjunto de toda a sociedade, que envolve desde a formulação de políticas públicas mais justas até a transformação das práticas cotidianas em cada sala de aula. A escola, afinal, pode e deve ser um espaço de construção de um futuro mais equitativo para todos.

6 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Boas Práticas para Recomposição das Aprendizagens. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens/>. Acesso em: 05 dez. 2025.

ERNICA, Mauricio; RODRIGUES, Erica Castilho; SOARES, José Francisco. Desigualdades Educacionais no Brasil Contemporâneo: Definição, Medida e Resultados. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 68, n. 1, p. 1-345, 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta. Agência de Notícias IBGE, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 dez. 2025.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 78, p. 15-36, abr. 2002.

NOGUEIRA, Maria Alice. O capital cultural e a produção das desigualdades escolares contemporâneas. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 51, p. e07468, 2021.

SALATA, André Ricardo. Origem Social e Acesso ao Ensino Superior no Brasil entre 1992 e 2022. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 1-39 e2025376, 2025.

SILVA JÚNIOR, José da; *et al.* Desigualdade social e capital cultural: reflexos na educação brasileira. Revista Científica ARACE, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1-15, 2024.

XAVIER, Flávia Pereira; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. *Revista Brasileira de Sociologia*, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 234-262, 2016.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, ago. 2006.